



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Centro de Estudos Jurídicos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo nº E-14/001.000699/2016

Data 12/01/16 Fls. 26

Rubrica Pedro (L.A)

EXAME DE SELEÇÃO PRELIMINAR

DIREITO CONSTITUCIONAL**1) Sobre o poder constituinte, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Apesar de não estar subordinado ao Direito positivo preexistente, o poder constituinte originário não é ilimitado ou incondicionado, devendo respeito, por exemplo, aos direitos humanos reconhecidos no âmbito internacional.
- b) O poder constituinte originário pode estar submetido a condicionamentos pós-constituintes, como, por exemplo, a ratificação popular do texto aprovado pela assembleia ou convenção.
- c) O pré-compromisso é uma das fontes de legitimação da superioridade jurídica do poder constituinte originário, estando calcado na ideia de que o povo, ao elaborar a Constituição, impõe a si mesmo e ao seu poder soberano limitações que resguardem o processo político democrático dos perigos que possam abalá-lo no futuro.
- d) O poder constituinte se exaure com a promulgação da Constituição, momento no qual se desfaz a assembleia ou convenção responsável por sua elaboração.
- e) A manifestação do poder constituinte originário pressupõe um momento cívico de ampla mobilização do povo.

2) Sobre os princípios de interpretação constitucional, assinale a alternativa incorreta:

- a) De acordo com o princípio da supremacia da Constituição, a Carta Maior prevalece sobre o processo político majoritário – sobre a vontade do poder constituído e sobre as leis em geral –, por ser fruto de uma manifestação especial da vontade popular.
- b) O princípio da proporcionalidade é um valioso instrumento de proteção dos direitos fundamentais, mas não pode servir de parâmetro para o controle judicial da discricionariedade dos atos da Administração Pública, porque a avaliação quanto à conveniência e a oportunidade de sua prática não compete ao Poder Judiciário.
- c) O princípio da presunção de constitucionalidade das leis e atos normativos funciona como fator de contenção judicial, de modo que, não sendo flagrante a inconstitucionalidade e existindo interpretação alternativa possível que permita afirmar a compatibilidade da norma com a Constituição, não deve o Poder Judiciário declarar a inconstitucionalidade da norma.
- d) A interpretação conforme a Constituição desempenha tanto a função de princípio de interpretação constitucional como a de técnica de decisão no controle de constitucionalidade de leis e atos normativos.
- e) O princípio da unidade impõe ao intérprete o dever de harmonizar as tensões e contradições eventualmente existentes entre as normas constitucionais.

3) Sobre o controle de constitucionalidade no âmbito estadual, é incorreto afirmar que:

- a) É exercido pelos Tribunais de Justiça locais, tendo como parâmetro a Constituição do Estado respectivo.
- b) As normas da Constituição Estadual de caráter remissivo não podem servir de parâmetro de controle realizado em sede de representação de inconstitucionalidade, porque, em verdade, consistem em normas da própria Constituição Federal.
- c) É cabível a propositura de ação direta estadual arguindo a violação a norma da Constituição do Estado que configura mera reprodução do texto da Constituição Federal.
- d) Em havendo o trâmite simultâneo de uma ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal e uma representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, impugnando a mesma norma estadual em face de parâmetros estadual e federal de conteúdo idêntico, deve o Tribunal estadual suspender a ação para aguardar a decisão de mérito da Corte Federal.
- e) É cabível a interposição de recurso extraordinário em face da decisão final de mérito proferida em ação direta estadual para discutir a interpretação da norma estadual de reprodução obrigatória conferida pelo Tribunal local.

4) Acerca das competências dos entes federados em matéria previdenciária, é incorreto afirmar:

- a) Compete à União legislar privativamente sobre o regime de previdência social aplicável aos trabalhadores da iniciativa privada.
- b) Compete à União editar normas gerais sobre regimes de previdência de servidores públicos de todas as unidades da federação.
- c) Compete a cada ente federado a elaboração de normas específicas sobre o regime de previdência de seus respectivos servidores públicos, observadas as normas gerais editadas pela União.
- d) Compete à União instituir contribuição para o custeio dos regimes de previdência dos servidores públicos de todos os entes da federação.
- e) Em não havendo normas gerais editadas pela União, os Estados-membros detêm competência plena para legislar sobre o regime de previdência de seus respectivos servidores públicos.

5) Ainda sobre a competência dos entes federativos, é possível afirmar que:

- a) Segundo o Supremo Tribunal Federal, compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.
- b) Segundo o Supremo Tribunal Federal, compete aos Estados-membros fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- c) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento competem à cada esfera federativa, conforme o vínculo dos agentes públicos envolvidos.
- d) Segundo o Supremo Tribunal Federal, compete aos Estados-membros legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- e) Compete privativamente à União legislar sobre produção e consumo.

6) Não são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo estadual as leis que disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração estadual direta e autárquica.
- b) regime jurídico dos servidores públicos estaduais e aumento de sua remuneração.
- c) criação e extinção de órgãos da Administração Pública estadual.
- d) matéria orçamentária (plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais).
- e) matéria tributária.

7) Considerando as normas do Estatuto dos Congressistas, é correto afirmar que:

- a) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a renúncia do parlamentar ao mandato com o intento de se subtrair ao julgamento pela Corte, em evidente fraude processual, não é capaz de afastar a sua competência.
- b) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante delito.
- c) Constatada a prática de crime por parlamentar, a instauração da ação penal dependerá de prévia autorização da Casa legislativa respectiva.
- d) As imunidades de Deputados ou Senadores não subsistirão durante o estado de sítio, por se tratar de contexto excepcional que justifica a flexibilização dos direitos constitucionalmente garantidos.
- e) Os Deputados e Senadores são invioláveis, penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Podem, no entanto, por esses mesmos fatores, ser processados no âmbito civil.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº	2141007-000699 / 2016
Data	12 / 07 / 16 Fls. 29
Rubrica	Pedro (S.P)

8) De acordo com a doutrina e a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal em matéria de controle de constitucionalidade de leis e atos normativos, assinale a alternativa correta:

- a) A concessão da medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade produz efeito repristinatório e *ex tunc*, tornando aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário, e alcançando os fatos ocorridos no passado.
- b) Poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de três quintos de seus membros, restringir os efeitos da declaração de inconstitucionalidade ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- c) O Presidente da República, após ter sancionado uma lei com vício de iniciativa, não pode questioná-la por meio de ação direta de inconstitucionalidade.
- d) Caso o partido político perca a representação no Congresso Nacional após a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, esta deverá ser declarada prejudicada.
- e) A declaração de inconstitucionalidade por arrastamento permite à Corte Constitucional reconhecer a invalidade de normas que não estão abrangidas pelo pedido do autor.

9) A respeito da eficácia e da efetividade das normas constitucionais, assinale a alternativa incorreta:

- a) De acordo com classificação tradicional difundida no Brasil, as normas constitucionais são autoexecutáveis (aptas a produzir todos os seus efeitos independentemente de qualquer atuação supletiva da lei) ou não autoexecutáveis (requerem uma ação do legislador para tornar eficazes os seus preceitos).
- b) Todas as normas constitucionais possuem, em alguma medida, eficácia jurídica, podendo ser aplicadas pelo Poder Judiciário.
- c) As normas impositivas de programas, fins e tarefas (normas de cunho programático) são, como regra, normas de eficácia limitada ou reduzida, requerendo intermediação legislativa para produzirem determinados efeitos.
- d) A força normativa da Constituição está ligada à ideia de efetividade das normas constitucionais, porque reconhece que estas, de forma mais ou menos limitada, têm um poder de ordenação e conformação do Estado e da sociedade.
- e) Em havendo declaração de inconstitucionalidade pelo Poder Judiciário, as normas constitucionais acarretam a revogação ou não recepção dos atos normativos anteriores e contrários ao seu conteúdo.

10) Acerca das normas constitucionais sobre processo legislativo, assinale a alternativa incorreta:

- a) Assim como o Supremo Tribunal Federal entende ser possível o controle judicial dos requisitos de imprevisibilidade e urgência da despesa para a abertura de créditos extraordinários, considera plenamente cabível o amplo controle, pelo Poder Judiciário, dos pressupostos de relevância e urgência para a edição de medidas provisórias.
- b) Se uma matéria já está disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República, não poderá ser tratada em medida provisória.
- c) Se o Presidente da República considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, e comunicará ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
- d) É vedada a apresentação de emenda parlamentar que implique aumento de despesa a projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvadas, porém, algumas hipóteses relativas a projetos de natureza orçamentária.
- e) É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

- 11) Sobre o princípio da legalidade e o poder regulamentar, assinale a alternativa correta:**
- a) em virtude da vinculação positiva à lei, o particular somente pode agir quando houver lei que o autorize.
 - b) Pela vinculação negativa à lei, é proibido fazer ou deixar de fazer algo, em virtude de lei.
 - c) A deslegalização transfere matérias reservadas à lei para a Constituição.
 - d) O poder regulamentar do Presidente da República é ilimitado.
 - e) Compete ao Presidente da República a organização da administração pública, inclusive por meio da criação de órgãos públicos que impliquem aumento de despesa.

12) Sobre o Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) Compete à lei complementar disciplinar normas gerais sobre fato gerador dos impostos, base de cálculo e contribuinte.
- b) A vedação ao confisco é uma limitação constitucional ao poder de tributar.
- c) O imposto é uma espécie tributária cujo produto da arrecadação possui destinação definida.
- d) A previdência do servidor público estatutário estadual é custeada pelas contribuições sociais instituídas pelo respectivo Estado, cuja alíquota não será inferior à contribuição cobrada dos servidores federais.
- e) Em razão da imunidade recíproca, é vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.

13) Sobre o Poder Judiciário, é incorreto afirmar que:

- a) Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado a iniciativa da proposta orçamentária do Poder Judiciário estadual.
- b) As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.
- c) É obrigatória a inclusão no orçamento de verba necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até o dia 1º de julho, para pagamento até o final do exercício seguinte.
- d) As obrigações de pagar constantes de condenações transitadas em julgado serão pagas por precatório judicial, independentemente do valor.
- e) Da decisão judicial ou ato administrativo que contrariar súmula vinculante caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

14) Acerca do orçamento, é incorreto afirmar que:

- a) A lei orçamentária anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social.
- b) Em razão da proibição das chamadas “caudas orçamentárias”, a lei orçamentária não pode prever autorização para abertura de créditos suplementares, nem contratação de operações de crédito.
- c) As emendas ao projeto de lei orçamentária não poderão ser aprovadas se incompatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- d) É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- e) É vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

15) Sobre o regime constitucional dos servidores públicos, é incorreto afirmar que:

- a) São de iniciativa privativa do chefe do Executivo os projetos de lei que disponham sobre remuneração dos servidores da administração direta e autárquica.
- b) A exigência constitucional do concurso público se aplica aos empregos públicos das sociedades de economia mista, que possuem personalidade jurídica de direito privado.
- c) O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.
- d) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, todos os valores recebidos pelo servidor público estão sujeitos ao teto constitucional remuneratório, independentemente da sua natureza.
- e) Os acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público não serão computados nem acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº	F-141/od.00699/2016
Data	12/01/16 Fls. 41
Rubrica	Deodoro (F.A)

16) Sobre a administração pública, é correto afirmar que:

- a) A prestação de serviço público essencial não pode ser objeto de concessão.
- b) As obras e serviços da administração pública podem ser terceirizados por meio de licitação.
- c) Os princípios constitucionais da Administração Pública não se aplicam aos órgãos do Judiciário e do Legislativo, ainda que no desempenho de suas funções atípicas.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre atos administrativos de natureza não contratual.
- e) O direito fundamental à informação e o princípio da publicidade permitem o acesso a informações de interesse particular, ainda que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade.

17) É a todos assegurado constitucionalmente, independentemente do pagamento de taxas:

- a) a utilização de serviço público essencial.
- b) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- c) o mandado de segurança.
- d) a obtenção de certidões em repartições privadas.
- e) o ajuizamento de ação ordinária.

18) Para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, conceder-se-á:

- a) mandado de segurança.
- b) *habeas corpus*.
- c) *habeas data*.
- d) mandado de injunção.
- e) certidão.

19) A respeito dos direitos fundamentais, é incorreto afirmar que:

- a) nos direitos fundamentais de primeira geração, prepondera o dever de abstenção do Estado.
- b) os direitos civis e políticos são liberdades apontadas como direitos de primeira geração.
- c) os direitos fundamentais de segunda geração demandam prestações positivas do Estado e ganharam grande relevo durante o Estado de Bem-Estar Social.
- d) os direitos de terceira geração têm natureza transindividual e indivisível.
- e) o direito à saúde é apontado pela doutrina como direito fundamental de primeira geração, tendo em vista sua essencialidade.

20) Acerca da responsabilidade do Presidente da República e do processo de impedimento, é incorreto afirmar:

- a) São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição.
- b) Admitida a acusação contra o Presidente da República, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo de crime de responsabilidade pelo Senado Federal.
- d) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- e) Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

DIREITO CIVIL

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº	2.4/001.000.000/2016
Data	12/01/2016 Fls. 42
Rubrica	Pedro (P.A)

21) Os bens jurídicos cuja afronta caracteriza o dano moral são denominados pela doutrina como direitos da personalidade. Sobre o tema, marque a alternativa incorreta, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- a) O absolutamente incapaz, quando impassível de detrimento anímico, não pode sofrer dano moral.
- b) O modelo fotografado não é titular de direitos autorais oponíveis contra a editora da revista que divulga suas fotos.
- c) Diferentemente do que ocorre em relação ao cônjuge sobrevivente, o espólio não tem legitimidade para buscar reparação por danos morais decorrentes de ofensa *post mortem* à imagem e à memória da pessoa.
- d) Ainda que se trate de pessoa pública, o uso não autorizado da sua imagem, com fins exclusivamente econômicos e publicitários, gera danos morais.
- e) Pessoa jurídica pode sofrer dano moral, mas apenas na hipótese em que haja ferimento à sua honra objetiva, isto é, ao conceito de que goza no meio social.

22) Sobre a incapacidade, marque a alternativa correta:

- a) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- b) São relativamente incapazes os excepcionais, sem desenvolvimento mental incompleto.
- c) São absolutamente incapazes os pródigos.
- d) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os viciados em tóxicos.
- e) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

23) Segundo o Código Civil, caracterizam o empresário, exceto:

- a) Exercício de atividade a título profissional.
- b) Exercício de profissão intelectual, com concurso de auxiliares e colaboradores.
- c) Exercício de atividade organizada para a produção de bens e serviços.
- d) Exercício de atividade organizada para circulação de bens.
- e) Exercício de atividade econômica.

24) Sobre a classificação dos bens, assinale a alternativa correta:

- a) Para efeitos legais, considera-se imóvel o direito à sucessão aberta.
- b) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião, exceto nos casos previstos em lei complementar.
- c) Praças são bens públicos de uso especial do povo.
- d) Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes são considerados bem imóveis para os efeitos legais.
- e) O uso comum dos bens públicos não pode ser retribuído, tendo em vista o princípio da isonomia.

25) Sobre a sociedade anônima, marque a alternativa incorreta:

- a) A sociedade anônima tem o capital dividido em ações.
- b) A sociedade anônima rege-se por lei especial, aplicando-se-lhe, nos casos omissos, as disposições do Código Civil.
- c) Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.
- d) O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- e) A responsabilidade dos acionistas é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

- 26) Marque a alternativa que melhor descreve o conceito de negócio jurídico:
- a) Acontecimento produtor de uma modificação no mundo jurídico, voluntário ou não.
 - b) Ato voluntário em que a vontade pode não exercer uma função criadora, modificativa ou extensiva de uma determinada situação jurídica.
 - c) Manifestação de vontade destinada a produzir efeitos jurídicos.
 - d) Acontecimento natural suscetível de um determinado tratamento pela ordem jurídica.
 - e) Qualquer ato realizado por agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e com forma prescrita ou não defesa em lei.

27) No tocante ao instituto da representação, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) É nulo o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.
- b) É anulável o negócio jurídico concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- c) O representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e extensão de seus poderes, sob pena de, não o fazendo, responder pelos atos que a estes excederem.
- d) A representação voluntária se dá no campo da autonomia da vontade, normalmente pela procuração, que a lei qualifica como o instrumento do mandato.
- e) Os poderes de representação conferem-se por lei ou pelo interessado.

28) A cláusula em virtude da qual se estabelecem modificações à vantagem criada pelo ato jurídico, mediante o estabelecimento de uma determinada aplicação da coisa ou por meio da exigência de certa prestação denomina-se:

- a) Termo.
- b) Condição.
- c) Arras.
- d) Cláusula penal.
- e) Encargo.

29) Caio se encontra em grave estado de saúde em virtude de acidente por ele sofrido. Tício, seu pai, desesperado com a situação, firma contrato com estabelecimento privado de saúde, para que este hospital realize o tratamento emergencial de Caio. Para tanto, deixa cheque caução como garantia. O tratamento emergencial é adequadamente prestado. Em decorrência disto, o hospital cobra de Tício, pai de Caio, a vultosa quantia de R\$ 200 mil (duzentos mil reais) como pagamento pelos serviços prestados. Tal valor é excessivamente oneroso para Tício, já que este recebe o salário de R\$ 1 mil (um mil reais) ao mês. Com vistas a não pagar tal valor, Tício pretende alegar que o contrato firmado está eivado de defeito. Qual seria este defeito?

- a) Erro.
- b) Dolo.
- c) Coação.
- d) Fraude.
- e) Estado de perigo.

30) Quanto à boa-fé objetiva, é **incorreto** afirmar:

- a) Possui função de restringir o exercício abusivo de direitos.
- b) Possui função de criar deveres anexos ou acessórios à prestação principal.
- c) Possui função interpretativa dos contratos.
- d) A boa-fé objetiva alcança os comportamentos dos contratantes antes, durante e após o contrato.
- e) Segundo a boa-fé objetiva, o contrato somente vincula e obriga as partes contratantes.

31) Caio contraiu empréstimo junto a instituição financeira, devendo saldar a dívida de forma parcelada. Tempos depois, Caio sofreu um decréscimo em sua renda e, encontrando-se em dificuldades financeiras, procurou a instituição financeira para renegociar a dívida. Esta renegociação foi consumada por meio da elaboração de um “termo de confissão de dívida e transação” pelo qual se reconheceu, expressamente, a extinção da obrigação originária, com a substituição desta pela obrigação resultante da renegociação. Diante do exposto, verifica-se que a obrigação originária foi extinta por:

- a) Imputação do pagamento.
- b) Dação em pagamento.
- c) Remissão.
- d) Novação.
- e) Pagamento em consignação.

32) Escolha a alternativa correta:

- a) Nas obrigações de dar coisa incerta esta (a coisa incerta) será indicada, ao menos, pelo gênero e pela quantidade.
- b) A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela, salvo disposição contrária no título.
- c) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, deverá o credor aceitar a coisa, sem abatimento do preço.
- d) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais, contudo, não poderá exigir aumento no preço.
- e) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.

33) Sobre a responsabilidade objetiva, é incorreto afirmar:

- a) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- b) Ela se baseia no princípio de que quem lucra com uma situação responde pelo risco ou desvantagens dela decorrentes.
- c) Tem como fundamento a atividade que o agente desenvolve, criando risco de dano para terceiro.
- d) O agente é obrigado a reparar o dano, ainda que isento de culpa, salvo no caso de comportamento doloso da vítima.
- e) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, comete ato ilícito.

34) Complete com uma das opções abaixo a seguinte frase: “_____ é a possibilidade de o negócio jurídico produzir os efeitos desejados no todo ou em parte”.

- a) existência;
- b) eficácia;
- c) validade;
- d) licitude;
- e) anulabilidade.

35) No que se refere ao inadimplemento das obrigações, segundo o Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora desde a interpelação judicial.
- b) A cláusula penal não pode ser reduzida pelo juiz em nenhuma hipótese.
- c) Ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeitos dela direto e imediato, sem prejuízo do disposto na lei processual.
- d) Para exigir a pena convencional é necessário que o credor alegue prejuízo.
- e) O valor da cominação imposta na cláusula penal poderá exceder o da obrigação principal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

36) No que concerne à eficácia da lei processual no tempo, de acordo com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, o Código de Processo Civil de 2015 entrou em vigor no dia:

- a) 15 de março de 2016;
- b) 16 de março de 2016;
- c) 17 de março de 2016;
- d) 18 de março de 2016;
- e) 19 de março de 2016.

37) No que concerne à eficácia da lei processual no tempo, assinale a assertiva incorreta:

- a) A nova lei processual deve respeito aos atos processuais praticados e às situações jurídicas consolidadas sob a vigência da lei revogada.
- b) A nova lei processual será aplicável imediatamente aos processos em curso.
- c) O Código de Processo Civil de 2015 adotou a sistemática do isolamento dos atos processuais, segundo a qual a lei nova não atinge os atos processuais já praticados, mas se aplica aos atos a praticar.
- d) A sistemática da unidade processual, adotada pelo Código de Processo Civil de 2015, apregoa que a lei nova deve regular as situações jurídicas constituídas sob a sua égide, podendo retroagir desde que não atinja processos findos.
- e) Aos recursos interpostos sob a égide do Código de Processo Civil revogado, devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista.

38) Sobre a eficácia da lei processual no espaço, assinale a alternativa incorreta, de acordo com o Código de Processo Civil de 2015:

- a) A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.
- b) A aplicação, como regra, da territorialidade da lei processual, justifica-se com base no fato de que a atividade jurisdicional é uma expressão da soberania nacional.
- c) A aplicação, como regra, da territorialidade da lei processual, evita problemas práticos decorrentes da eventual incompatibilidade da máquina judiciária brasileira com institutos do Direito Processual estrangeiro, tais como o júri cível norte-americano.
- d) O juiz brasileiro não deve fechar completamente os olhos aos efeitos decorrentes do Direito Processual estrangeiro, como ocorre, por exemplo, quando o citando encontra-se em país que se recusa a dar cumprimento à carta rogatória.
- e) Em virtude da aplicação, como regra, da territorialidade da lei processual, o juiz deve desconsiderar a prova de direito estrangeiro apresentada pela parte.

39) Em relação aos auxiliares da justiça no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:

- a) Ao perito não se aplicam os motivos de impedimento e de suspeição.
- b) São auxiliares da justiça, dentre outros, as partes, as testemunhas, os tutores e os curadores;
- c) O escrivão, o chefe de secretaria e o oficial de justiça são responsáveis, civil e regressivamente, quando praticarem ato nulo com dolo ou culpa.
- d) O escrivão ou o chefe de secretaria atenderá, obrigatoriamente, à ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.
- e) As certidões do escrivão e do oficial de justiça possuem fé pública, sendo, portanto, dotadas de presunção *juris et de jure*.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo	04/004.00009/2016
Assinale a assertiva incorreta: /	
Data	14/06/2016
Assistente	Fls. 46
Rubrica	Quero (FIA)

- 40) A propósito da ação no Código de Processo Civil de 2015, assinale a assertiva incorreta:**
- a) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente simples.
 - b) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.
 - c) O interesse do autor poderá limitar-se à declaração de existência, inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica.
 - d) Ainda que tenha ocorrido a violação de direito, é admissível a ação meramente declaratória.
 - e) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

41) Acerca das nulidades processuais no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:

- a) A nulidade de parte do ato prejudicará as outras, ainda que dela sejam independentes.
- b) Antes de declarar a nulidade do processo, em razão da ausência de intimação do membro do Ministério Público para acompanhar o feito em que deva intervir, o juiz intimará o Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou não de prejuízo.
- c) Em respeito ao caráter público do processo, o juiz deverá pronunciar a nulidade, mesmo que possa decidir o mérito a favor da parte a quem a decretação de nulidade aproveita.
- d) A parte deve alegar a nulidade do ato na primeira oportunidade em que falar nos autos, ainda que o juiz deva decretá-la de ofício, sob pena preclusão.
- e) Em atenção ao princípio da instrumentalidade das formas, dar-se-á sempre o aproveitamento de ato processual praticado com erro de forma.

42) Assinale a assertiva incorreta, no que concerne aos prazos no Código de Processo Civil de 2015:

- a) Na contagem do prazo processual em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os úteis.
- b) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- c) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- d) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
- e) Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo o dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação, ou ao término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou a intimação for eletrônica.

43) Em havendo litisconsortes com diferentes procuradores, assinale a alternativa correta, sob a égide do Código de Processo Civil de 2015:

- a) Haverá contagem do prazo em dobro para todas as suas manifestações, mas somente se os procuradores pertencerem a escritórios de advocacia distintos.
- b) Haverá contagem do prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, mas somente se os procuradores pertencerem a escritórios de advocacia distintos.
- c) Haverá contagem do prazo em dobro para todas as suas manifestações, nos processos em autos físicos ou eletrônicos.
- d) Haverá contagem do prazo em dobro para todas as suas manifestações, até o oferecimento da defesa.
- e) Haverá contagem do prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, até a decisão de primeira instância.

44) São princípios processuais expressamente contemplados no Código de Processo Civil de 2015 como normas fundamentais do processo:

- a) Princípio dispositivo, boa-fé objetiva e não cumulatividade.
- b) Contraditório, poluidor-pagador e acesso à tutela jurisdicional efetiva.
- c) Cooperação, publicidade processual e duração razoável do processo.
- d) Preclusão, identidade física do juiz e princípio inquisitório.
- e) Menor onerosidade do devedor, colegialidade e contraditório.

45) Não há manifestação da jurisdição quando:

- a) um juiz julga ação coletiva voltada à tutela de direito difuso ao meio ambiente equilibrado;
- b) um juiz defere a expedição de mandado monitório;
- c) um juiz instaura procedimento de apuração de falta funcional de serventuário;
- d) um tribunal exerce o controle abstrato de constitucionalidade de ato normativo;
- e) um juiz julga procedente ação declaratória de falsidade documental.

46) No sistema do Código de Processo Civil de 2015, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz pelo juiz, de ofício, até:

- a) a citação do réu;
- b) a apresentação de contestação;
- c) o saneamento do processo;
- d) a sentença;
- e) o julgamento da apelação.

47) Aponte, dentre as hipóteses abaixo, a modalidade de intervenção de terceiros que não encontrava regramento expresso no Código de 1973, mas que passou a figurar no CPC de 2015:

- a) denunciação da lide;
- b) chamamento ao processo;
- c) oposição;
- d) assistência;
- e) incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

48) Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos, no CPC/15, é de:

- a) 20 (vinte) dias;
- b) 15 (quinze) dias;
- c) 10 (dez) dias;
- d) 7 (sete) dias;
- e) 5 (cinco) dias.

49) Sobre a coisa julgada no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa correta:

- a) A coisa julgada material não pode beneficiar terceiros.
- b) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- c) A coisa julgada material jamais incide sobre a questão prejudicial.
- d) Transitada em julgado a decisão de mérito, não se considerarão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.
- e) A coisa julgada material impede nova decisão ainda que, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobrevenha modificação no estado de fato ou de direito, caso em que não poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença.

50) O princípio da boa-fé processual conforma a atuação:

- a) de todo aquele que de qualquer forma participa do processo;
- b) apenas do réu;
- c) apenas do autor;
- d) apenas das partes, reciprocamente;
- e) apenas do juiz e dos auxiliares da justiça.